



Prezado Deputado

Prezada Deputada

O FES - Fórum das Entidades Sindicais reivindica a RETIRADA do PLC 09/19 (fim da licença especial) que tramita na Assembleia Legislativa. A proposta foi enviada pelo governador Ratinho Jr sem nenhum debate com os/as servidores/as, desrespeitando a proposta de mesa de negociação.

O FES realizou Audiência Pública no dia 10/09 e já produziu documentos a todos e todas demonstrando o quanto essa medida é injusta e incorreta.

SOMOS CONTRÁRIOS A ESSA RETIRADA DE DIREITO.

A licença especial é concedida aos/as servidores/as principalmente para tratamento de saúde. Há uma prática de anos de cerceamento dos atestados médicos por parte dos governos. É inadmissível e desumano a forma de atendimento e o número de pessoas adoecidas e sem condições de realizar o tratamento adequadamente.

A Perícia Médica do Estado está sucateada e muitos governos deixaram a principal política que é de atender a saúde do/a servidor/a relegada ao “cada um que se cuide”, mesmo tendo que ser uma política de Estado. Muitos viajam quilômetros sem condições físicas e psicológicas para verificação de laudo. O tratamento recebido pelos/as médicos da perícia é pior que a própria doença.

O adoecimento tem aumentado de forma significativa em nossas categorias. Fruto do período de intensificação do trabalho, retirada de direitos e das atividades com cunho penoso, ou seja; atividades exercidas por servidores/as que causam grande desgaste físico e mental.

A grande maioria exerce atividade penosa, como nos casos da Educação, saúde, e segurança pública. Também diversas categorias têm trabalho insalubre e de periculosidade. Os/as servidores/as públicos estão com alto grau de adoecimento, stress e suicídios. Grande parte hoje está afastada por causa de depressão. A licença especial tem sido utilizada para tratamentos de saúde e por vezes para estudos; já que o governo também não libera os/as servidores/as para estudos. Nesse sentido é urgente a manutenção das licenças. Não é possível mais uma retirada de direitos.

O passivo de R\$ 3 bilhões é mentiroso. Os/as servidores/as desejam usufruir da licença e não receber pelo pagamento, a não ser os que já se aposentaram. É necessário um cronograma para que os/as servidores/as possam retirar as licenças. Isso deve ser um debate efetivo entre servidores/as e governo.

Estados citados: a União, o Distrito Federal e 23 Estados mantêm as licenças. Não é verdadeiro que a maioria já extinguiu.

Escola Sem Partido: é a chamada Lei da Mordada. Temos um direito constitucional: o direito de cátedra (ensinar). É uma falácia a tal “doutrinação” nas escolas. Esse tema já foi julgado inconstitucional pelo STF. Solicitamos o voto contrário a essa proposta.

Por todos os motivos apresentados solicitamos seu apoio na retirada do PLC 09/2019 e contrário ao PL da Mordada (ESP).

Atenciosamente,

FES - Fórum das Entidades Sindicais.

Curitiba, 13 de setembro de 2019.